

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 3ª REGIÃO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 MAIO/2016 A ABRIL/2017

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.462.625.433,68	970.217,72	1.463.595.651,40
Pessoal Ativo	998.883.574,66	190.256,10	999.073.830,76
Pessoal Inativo e Pensionistas	463.741.859,02	779.961,62	464.521.820,64
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	394.273.316,03	812.566,36	395.085.882,39
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	140.001,48	0,00	140.001,48
Despesas de Exercícios Anteriores	14.530.662,88	715.631,80	15.246.294,68
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	379.602.651,67	96.934,56	379.699.586,23
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.068.352.117,65	157.651,36	1.068.509.769,01

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	718.531.431.000,00		
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100	0,148686%	0,000022%	0,148707%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - < % >	0,304548%		2.188.273.102,48
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - < % >	0,289321%		2.078.859.447,36
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - < % >	0,274093%		1.969.445.792,23

FONTE: Tesouro Gerencial/SIAFI - DOF/SEPEOC/TRT3 - 22/MAI/2017 - 17h e 41min.

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

2- Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R\$ 3.525.991,77. Inscrição em Restos a Pagar Não Processados em Liquidação R\$ 1.787.832,00.

3- Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV), executadas por meio de descentralização interna de crédito (provisão): despesa liquidada R\$ 10.502.262,30. Não houve inscrição em restos a pagar.

4- Despesas com Precatórios da Administração Indireta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada de R\$ 13.392.670,66. Inscrição em Restos a Pagar Não Processados em Liquidação R\$ 843.203,74.

JÚLIO BERNARDO DO CARMO
Desembargador Presidente do TRT 3ª Região

JOSÉ NACIP COELHO
Assessor de Ordenação de Despesas

LUCIANA CORREA CRUZ HAHNE
Diretora de Orçamento e Finanças, em exercício

ANA RITA GONÇALVES LARA
Secretária de Controle Interno